



Desafios do Jornalismo Comunitário: Percorso teórico e prática jornalística a partir da experiência do Portal Comunitário¹

Aline Czezacki KRAVUTSCHKE²

Karina Janz WOITOWICZ³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO

O site Portal Comunitário (www.portalcomunitario.jor.br) foi criado em 2008 na Universidade Estadual de Ponta Grossa e tem como principal objetivo dar visibilidade às ações, problemas e demandas da comunidade local, a partir da cobertura jornalística que envolve cerca de 60 entidades parceiras da ação extensionista. Com o objetivo de compreender aspectos da produção elaborada a partir da experiência do projeto Portal Comunitário, este artigo se propõe a ampliar a discussão teórica sobre os conceitos de Jornalismo e Comunicação Comunitária. Além disso, também busca discutir os conceitos de extensão, por se tratar de um projeto, e Jornal Laboratório, uma vez que integra disciplinas da graduação do curso de Jornalismo como forma de aprimorar o ensino, apontando para os desafios de uma formação profissional que contemple a perspectiva cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Comunitário; Comunicação Comunitária; Portal Comunitário; Extensão Universitária; Cidadania.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo revisitar as discussões teóricas voltadas aos conceitos de Jornalismo Comunitário e Comunicação Comunitária, a partir do trabalho desenvolvido no projeto de extensão e atividade multidisciplinar, Portal Comunitário. Além disso, pretende explicar o que se compreende como extensão universitária e jornal laboratório, uma vez que é parte importante na compreensão de como se desenvolvem as ações do projeto, e o envolvimento com a comunidade local, contemplada pela ação extensionista.

O site Portal Comunitário (www.portalcomunitario.jor.br) surgiu em 2008, no curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e atua como projeto de extensão, a partir de atividades voltadas ao gerenciamento do site, divulgação online e off-line, serviços e contato com a comunidade, feitas por alunos do 1º ao 4º ano do curso. A

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Estudante de Graduação do 4º ano do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), email: alineczezacki@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), email: karinajw@gmail.com



atualização de notícias do portal é diária, além de seções de serviços como agenda cultural, agenda da comunidade, empregos, previsão do tempo, etc. Também há o “Espaço Jurídico”, com publicação de textos sobre questões de diferentes esferas do Direito, que visam sanar as dúvidas dos trabalhadores e cidadãos relacionadas a temas diversos. A proposta do projeto é vencer as barreiras do aprendizado em sala de aula, fortalecer o contato da comunidade com o âmbito acadêmico e garantir que o site esteja sempre atualizado para o internauta. Em outras palavras, funciona como um suporte e prestador de serviços tanto para as equipes de reportagem quanto para as entidades ligadas ao projeto.

Para o desenvolvimento das reportagens, há uma integração com as disciplinas de Jornalismo Comunitário, Webjornalismo e Telejornalismo II, todas do 3º ano de Jornalismo, ano no qual os alunos devem produzir material em vídeo, texto, áudio e foto, para o site. Essa articulação busca trabalhar de forma a auxiliar os alunos na construção de um profissional multimídia e versátil, preparado para as adversidades atuais da profissão. Sem perder de vista o tripé que orienta as práticas acadêmicas, a pesquisa sobre jornalismo comunitário na web também é contemplada pelo grupo de pesquisa de Mídias Digitais do curso de Jornalismo da UEPG.⁴

Além disso, também há a inclusão da perspectiva de Jornal Laboratório, uma vez que o projeto busca, por meio das reportagens elaboradas pelos alunos de Jornalismo, desenvolver uma autonomia jornalística no que se refere a produções voltadas à *web*.⁵

Em sua essência, o Portal surgiu como um veículo destinado a noticiar e dar visibilidade a entidades sociais da cidade e região de Ponta Grossa, que muitas vezes não recebem espaço nas agendas dos veículos hegemônicos da cidade e região. Atualmente, o projeto conta com parceria com mais de 60 entidades da sociedade civil para realização de cobertura jornalística. Entre elas, associações de moradores nos bairros (Boa Vista, Cará-Cará, Colônia Dona Luiza, Comunidades Rurais, Contorno, Jardim Carvalho, Neves, Nova Rússia, Oficinas, Olarias, Órfãs, Ronda, Uvaranas e Outros), ONG's e grupos (ADFPG, AMA, Apadevi, Apedef, Aplicef, Astrama, Bando da Leitura, Cacique Pena Branca, Grupos Ambientalistas, Grupos de Capoeira, Grupo Renascer, Grupo Reviver, Núcleo Pequeno Anjo,

⁴⁴ O grupo de pesquisa é coordenado pela professora Dra. Maria Lúcia Becker, responsável pela criação do projeto Portal Comunitário em 2008.

⁵ Essa forma de ensino faz parte de uma prática elaborada desde o segundo ano dos alunos, em que produzem o jornal *Foca Livre* (experiência no meio impresso). No terceiro ano produzem reportagens para o *Portal Comunitário* (veículo de internet) e no quarto ano produzem a *Nuntiare* (revista). Acredita-se que a partir da experiência prática, os alunos se tornam aptos a desenvolver atividades jornalísticas com mais precisão e segurança, conforme preveem as diretrizes curriculares para a área.



Obesos Alerta, Observatório Social, Sorriso Negro, Uampg, Unidev, Você Consegue), sindicatos (APP – Núcleo de Ponta Grossa, Bancários, Comerciários, Correios, Fiação e Tecelagem, Frentistas, Trabalhadores em Frigoríficos, Senalba, SindBebidas, SindServ, Sindaetur, Sintespo, Metalúrgicos, SindUEPG, Trabalhadores Rurais, Vigilantes) e movimentos sociais (Democratização da Comunicação, MCCE, Movimento Estudantil, Movimento Hip Hop, Movimento Sem Terra, Mulheres/Gênero, Pró-Ciclovias, Transporte Público).

O portal também apresenta categorias gerais da cidade de Ponta Grossa, voltadas a temáticas como saúde, meio ambiente, cultura, acessibilidade, etc. Além disso, o processo de construção da notícia, desde a seleção de pauta, até a conclusão do material, busca incluir e envolver a comunidade. A proposta é fazer jornalismo com a comunidade, mesmo que não trabalhe de forma direta a emancipar as entidades no que diz respeito à produção em comunicação.

O contato com a comunidade se dá a partir da equipe extensionista, que mantém contato por meio de ligações telefônicas e internet para cada uma das entidades parceiras do projeto, e de forma direta, através das equipes de reportagem, que a partir do diálogo com as entidades e grupos entregam uma nota e notícia toda semana como atividade das disciplinas envolvidas na produção do projeto. Essa relação com a comunidade local realizada pelos alunos faz com que haja um contato mais próximo do jornalista com a sua fonte, e um *feedback* da reportagem publicada. Cabe aqui considerar que a relação próxima do aluno com as entidades não fere os princípios éticos do Jornalismo e não se busca prestar o papel de assessoria, nem de mídia parcial. Procura-se, ao contrário, a problematização do conteúdo jornalístico, ouvindo os lados envolvidos, e dando a chance de resposta para órgãos públicos, oficiais, sociais, etc, embora o enfoque da produção jornalística esteja voltado às demandas e interesses dos grupos e entidades.

Apesar de ser inclusiva no que diz respeito à rotina de produção, a plataforma online ainda apresenta algumas dificuldades em relação ao acesso ao conteúdo das entidades parceiras, e até mesmo na divulgação do que é produzido. Segundo uma reportagem publicada no Correio Braziliense em janeiro de 2015, ainda neste ano o Brasil deve chegar à quarta colocação entre os países com maior número de acessos à rede com 107,7 milhões de internautas⁶. Entretanto, em um levantamento realizado pelas equipes de reportagem do 3º

⁶ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/01/11/internas_economia,465719/brasil-deve-superar-o-japao-em-numero-de-acessos-a-internet-em-2015.shtml



ano de Jornalismo no ano de 2014, podemos ver de forma parcial que as entidades ainda não estão totalmente incluídas no que diz respeito ao acesso à internet. Durante a pesquisa feita por meio de questionários, a pergunta: “a sede possui internet própria (rede ou cabo) para os visitantes conectarem?”, teve em aproximadamente 66,6%⁷ a resposta negativa de que não possuíam acesso direto à internet.

Assim, a partir da forma como o projeto se desenvolve, as questões a serem debatidas durante este trabalho são: de que forma o Portal Comunitário atende a demanda da comunidade como projeto de extensão e quais os princípios que norteiam a prática extensionista? Como a inserção do aluno na prática da construção das reportagens transforma o Portal Comunitário em uma prática laboratorial voltada à cidadania? O projeto dá conta da caracterização como veículo de comunicação comunitária, ou trata-se de uma produção voltada aos princípios do Jornalismo Comunitário?

O PORTAL COMUNITÁRIO NO CAMPO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O conceito de Extensão Universitária desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, e apresentado no livro Política Nacional de Extensão Universitária (2013, p.42) define que:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM, 2013, p.42)

Para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em resolução estabelecida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sob o nº 235/2009, a Extensão Universitária tem como objetivo:

I. Realimentar e/ou avaliar o ensino e a pesquisa, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares e para a sistematização do conhecimento produzido; II. Dinamizar o exercício profissional concreto, em função das exigências da realidade, indispensável na formação do cidadão; III. Participar no processo de desenvolvimento da sociedade, de forma dinâmica e qualitativa, buscando caminhos alternativos que atendam aos interesses e necessidades das comunidades. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, resolução nº 235, 2009)

⁷ Amostragem parcial feita a partir de questionários levantados pelas equipes de reportagem. Apenas um total de 21 entidades foram analisadas neste recorte.



Pensar a Universidade Pública além das salas de aula, como um “processo educativo, cultural e científico, que articula o Ensino e a Pesquisa (...) e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a Sociedade (...)” (FÓRUM, 2013, p.21) é um desafio. Isso porque a extensão deve ir além dos muros da instituição, como forma de transformar em ‘sala de aula’, “todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações”. (FÓRUM, 2013, p.50)

Além disso, o trabalho extensionista busca ampliar o desenvolvimento e potencialidades dos estudantes, professores e funcionários, além de sensibilizar a formação, uma vez que é um trabalho relacionado de forma direta com a comunidade. “Nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético”. (FÓRUM, 2013, p.35) Assim, a extensão é uma forma de ampliar as fronteiras da Universidade, e evitar que fique isolada, incapaz de oferecer à sociedade suas inovações tecnológicas e conhecimento.

A resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de nº 235/2009 da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), também define que para uma atividade ser caracterizada como extensionista, precisa que se integre “preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino, com duração mínima de 02 (dois) anos, de caráter orgânico-institucional, voltados a um objetivo comum”. Ou seja, não basta apenas haver o contato direto com a comunidade, precisa haver uma relação entre as três vertentes de ensino, como forma de reafirmar a extensão dentro do processo acadêmico. Isso faz com que a “indissociabilidade coloque o estudante como protagonista de sua formação técnica (...) e de sua formação cidadã”. (FÓRUM, 2013, p.50)

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada. (FÓRUM, 2013, p.55)

Apesar da importância da extensão como forma de ampliar o crescimento de alunos, professores e funcionários, além de “melhorar a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas” (FÓRUM, 2013, p.35-36), ela ainda não alcançou o espaço de importância



consolidado que o ensino e a pesquisa adquiriram ao longo do tempo. “A falta de clareza quanto às margens que localizam a extensão em sua relação com a docência e a pesquisa, é o que faz com que a extensão seja caracterizada como ‘primo pobre’” (SOSTER, 2013, p.4 Apud DEMO, 1980).

Além dessa falta de teorias que conceituam e esclareçam os aspectos extensionistas em relação aos seus pares na educação, outro problema “trata-se do objeto-alvo das atividades de extensão. Ou seja, com quem as universidades dialogam quando o assunto é desenvolver a prática” (Franz e Silva, 2002 Apud SOSTER, 2013, p.5). Inicialmente, a relação da Universidade se estabelece com a sociedade, de forma a compartilhar o ensino e tecnologias, com quem não tem acesso. No entanto, como passo seguinte, pode-se pensar uma maneira de definir de forma mais clara quem seria a ‘sociedade’ a qual esses serviços seriam prestados. Apesar da dificuldade em delimitar essa definição, se entende que essa relação de cooperação entre universidade e sociedade auxilia na democratização do conhecimento.

Levando em conta as reflexões que norteiam a Extensão Universitária, percebe-se que a prática do Portal Comunitário se enquadra nas perspectivas elaboradas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pelo plano de Política Nacional de Extensão Universitária, principalmente no que diz respeito à inclusão da sociedade na prática elaborada, uma vez que oferece a prestação de serviço para a comunidade com os módulos do site voltados a assuntos como: espaço jurídico, seção de empregos e agenda. O envolvimento dos alunos também é parte importante na construção da relação de troca com a comunidade, uma vez que frequentam os bairros, sindicatos, movimentos e ONGs da cidade, suprindo as demandas de comunicação e divulgação. Importante lembrar que o objetivo do projeto, como já citado anteriormente, não é realizar uma assessoria para as entidades, mas auxiliar na democratização da comunicação, a partir do momento em que cede um espaço para quem não teria visibilidade na mídia.

O projeto Portal Comunitário também inclui a vertente do ensino, através das disciplinas de Jornalismo Comunitário, Webjornalismo e Telejornalismo II, e a pesquisa no grupo de Mídias Digitais, que integra suas linhas de pesquisa com os levantamentos realizados no Portal. Além disso, envolve não apenas os alunos, como também os professores no que diz respeito à prática, auxiliando assim no desenvolvimento de um profissional cidadão.

O JORNAL LABORATÓRIO COMO EXPERIÊNCIA PRÁTICA DO JORNALISMO



Uma das principais discussões acerca do ensino são as relações entre a teoria e a prática, principalmente quando se tratam de estudos relacionados a Jornalismo no país. Muitas pesquisas acreditavam tanto na necessidade de uma formação com base em ideias teóricas, quanto na necessidade de investimento em experiências práticas. “O conflito permanece até hoje, com defensores de ambos os lados da questão, mas no meio do debate surgiu um meio eficiente para conciliar teoria e prática – o jornal-laboratório” (MARTINS, 2012, p.88). Sendo uma atividade desenvolvida a partir de conhecimentos embasados em aulas teóricas sobre jornalismo, a possibilidade de se “praticar todos os passos da produção da notícia – apuração, entrevista, redação, edição e distribuição –“ (MARTINS, 2012, p.88), faz com o aluno adquira uma experiência além da sala de aula. Essa prática permite que o aluno saia mais preparado para o trabalho e para as necessidades que o mercado demanda. Além disso, o Jornal-Laboratório tem como função renovar os processos jornalísticos, servindo como ambiente de experimentos na área.

No caso do site Portal Comunitário, percebe-se que há a possibilidade de integração e desenvolvimento do aluno em três práticas de ensino, uma vez que está relacionado a três disciplinas, teóricas e práticas. São elas: Webjornalismo, Comunicação Comunitária e Telejornalismo II. Essa articulação amplia a experiência e faz com que o profissional adquira uma formação multimídia, em sintonia com os debates atuais da área. Isso mostra que “as atividades do jornal-laboratório também acabam contribuindo para o aprendizado como um todo, já que algumas práticas são necessárias em todos os meios de comunicação”, (MARTINS, 2012, p. 90), a exemplo da prática em vídeo e foto.

Entende-se, a partir das diretrizes curriculares apontadas no campo acadêmico e jornalístico atual, que existem necessidades profissionais que precisam ser levadas em conta quando se trata de aprimorar a formação profissional em diversos aspectos e meios. Entre exigências, limites e tendências, a inserção de conteúdos que trabalhem aspectos empíricos e teóricos convergentes em diversas mídias, é parte do desafio de se pensar e fazer jornalismo na nova era digital. Afinal, é dever do jornalismo acompanhar e estar situado dentro das mudanças mercadológicas, a fim de garantir a qualidade profissional. (KRAVUTSCHKE; VIEIRA; WOITOWICZ, 2014, p.3)

“São necessários estudos relativos à integração entre veículos laboratoriais e internet, tendo em face o novo contexto midiático-social em que nos encontramos hoje – bem mais complexo do que aquele de quando surgiu o jornal-laboratório” (MARTINS, 2012, p.93).



Sendo assim, o jornal-laboratório deve ser uma ferramenta capaz de auxiliar nas mais diversas situações técnicas que o jornalismo atual demanda para os profissionais da área.

Martins (2012, p.93) traz estudos recentes de Anunciação (2011) para explicar que a internet só potencializa as vantagens de se trabalhar no âmbito do jornal-laboratório, situando o aluno na prática com a realidade em parceria com a teoria.

Os cursos de Jornalismo devem entender, portanto, que o jornal-laboratório precisa de um projeto sólido, ou seja, linha editorial fixa, práticas pedagógicas testadas e aprovadas e uma forte base teórica que justifique e dê sentido ao projeto. Some a isso uma dose extra de determinação dos alunos e incentivo por parte do corpo docente, e temos uma combinação – não perfeita – , mas capaz de produzir bons resultados. (ANUNCIAÇÃO, 2011 Apud MARTINS, 2012, p.93)

Nesse caso, os estudos de Anunciação, apresentados por Martins (2012, p.93), nos dão uma diretriz para aprimorarmos os estudos voltados à proposta do site Portal Comunitário, que busca incentivar os alunos no que diz respeito à prática acadêmica, promovendo a capacidade profissional para uma atuação futura no mercado de trabalho, em uma perspectiva cidadã.

JORNALISMO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Neste tópico, busca-se realizar uma discussão acerca dos conceitos que norteiam as mídias comunitárias no Brasil, passando pelos conceitos iniciais sobre a função do Jornalismo. Vale ressaltar que a proposta baseia-se em analisar a teoria em conjunto com a proposta do projeto Portal Comunitário, um veículo que busca atender as demandas oferecidas pelas entidades sociais da região de Ponta Grossa. Inicialmente, utilizavam-se os conceitos de Comunicação Comunitária como forma de explicar a prática elaborada pelo site. No entanto, a partir das transformações ao longo dos seis anos de existência do projeto, busca-se verificar se as produções realmente atendem as definições teóricas desse tipo de comunicação, além de trazer o conceito de Jornalismo Comunitário, como forma de problematizar e alcançar uma nova referência ao Portal Comunitário.

Em um primeiro contato com essas definições, Peruzzo (2003, p.246) define que a Comunicação Comunitária “requer o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação”. Já Paiva (2007) observa que os veículos comunitários podem se destacar a partir do uso didático e educacional, de serviços a partir do interesse público,



valorização do local, a inclusão social, o incentivo a mobilização e transformação, participação coletiva da comunidade, e o objetivo de auxiliar a sociedade a se mobilizar e emancipar comunicacionalmente.

Já em uma abordagem acerca do jornalismo comunitário, percebe-se que existe muito mais a presença do jornalista de forma humanizada e próxima dos problemas sociais enfrentados por uma determinada sociedade, do que a presença da comunidade na produção do veículo. Coelho (2008), ao publicar uma reportagem chamada “Os desafios de fazer jornalismo comunitário”, explica que um jornalista que pratique um bom jornalismo de caráter voltado a atender a sociedade, da voz ao povo, abre espaço ao direito de resposta de autoridades e observação de especialistas. “O repórter deve estar próximo da vida real, retratar as curiosidades, os obstáculos e os prazeres do cotidiano, tanto nos centros quanto nos subúrbios”. (COELHO, 2008)

No entanto, para a utilização de ambos os termos como referência de desenvolvimento de conteúdo midiático, deve-se tomar um cuidado. Se os veículos de comunicação se apropriarem da definição, sem estarem alinhados aos ideais de comunidade, “ao invés de contribuírem para o desenvolvimento de comunidades, acabam por reproduzir mecanismos de dependência e alienação” (PERUZZO, 2006: 20 Apud ALMEIDA, 2010, p.2). Em entrevista a Coelho (2008), o jornalista da Rede Globo, Márcio Gomes, observa que:

Quem trabalha com jornal comunitário tem de pensar não só nas pautas, mas na forma como são desenvolvidas, quais pessoas devem ser procuradas. Este é o nosso grande desafio: não só denunciar os problemas para a população, mas fazer com que ela fique envolvida na solução. (COELHO, 2008)

Nesse sentido, no que visa o Portal Comunitário, percebe-se que há a preocupação em desenvolver uma relação mais próxima com a comunidade, à medida que as equipes de reportagem buscam noticiar a partir das demandas da própria entidade. Como citado anteriormente neste artigo, tem-se a preocupação com os princípios do jornalismo referentes à ética na apuração jornalística, apesar do contato próximo estabelecido pelas equipes de alunos e entidades que cobrem. O portal não presta papel de assessoria, pois busca problematizar as pautas, e dar voz para todos os envolvidos na reportagem.

Entende-se que o Portal não pratica Comunicação Comunitária em seu conceito pleno, pois não trabalha visando a emancipação comunicacional da comunidade, mas sim como um prestador de serviços, dando visibilidade aos bairros, sindicatos, ongs e movimentos, que não



recebem espaço nos meios hegemônicos. Há a preocupação em ir além do “buraco na rua x”, e sim trazer o que “o buraco da rua x” vai afetar na vida dos moradores daquele local.

Essa perspectiva de transformar a comunidade a partir da comunicação é abordada por Rozinaldo Antonio Miani, citado por Aranha (2010), quando se trata do que é a Comunicação Comunitária:

A Comunicação Popular e Comunitária se constitui como uma comunicação baseada na realidade das classes subalternas e com o objetivo de transformação social, a partir da politização dos sujeitos destas classes e sua conseqüente emancipação, mediante a proposição de processos comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no interior de um determinado grupo social. (MIANI, 2010; Apud ARANHA, 2010, p. 173)

Nesse sentido, a preocupação vai muito mais ao encontro de um trabalho com a comunidade, do que para a comunidade, como é o Jornalismo Comunitário. O próprio jornalismo, em sua essência, busca “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31) Entretanto, isso se perdeu a partir do momento que há uma grande influência externa em relação às publicações e escolhas de temas da mídia. Rousiley Maia, no livro “Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas”, ressalta que “o campo da mídia detém os instrumentos para a produção de visibilidade, através de rotinas e de modos operatórios próprios, dos quais atores de outros subsistemas dependem” (2006, p.25). Ou seja, a forma como os profissionais da mídia retratam a realidade em seus veículos passa por uma série de critérios próprios. Isso faz com que muitas vezes as pautas de comunidades ou entidades menores sejam deixadas de lado por interesses econômicos e políticos presentes nas redações.

A comunicação comunitária se preocupa em empoderar a comunidade para que tenha capacidade de desenvolver suas próprias formas de se comunicar. Já o Jornalismo comunitário se apropria de questões humanas, se aproxima do público, da pauta, de suas fontes, mas não permite que o ofício da profissão seja realizado pelas próprias entidades. No entanto, principalmente no que se refere à apropriação inadequada do termo por veículos de comunicação, o Jornalismo Comunitário permite brechas maiores para os veículos hegemônicos. É o caso de cadernos e programas, considerados voltados à comunidade, apenas pela forma como se dá a cobertura, ou seja, de forma mais humanizada e comprometida com os interesses coletivos. Atualmente, essas publicações são o que mais se aproxima da essência do Jornalismo produzido por um profissional da área.



Citada por Freitas (2006, p.18), Peruzzo (1998) acrescenta que o jornalismo comunitário “pode ser uma possibilidade na qual a população encontra para ter espaço e ver discutidos assuntos de seu interesse e que nos grandes veículos de comunicação não são abordados e quando são o viés não é o mesmo”. Assim, não basta se apropriar do conceito, alterar a linguagem e o foco dado à reportagem, é preciso que exista um envolvimento do repórter no local onde a pauta se encontra, e que se problematize os problemas de uma comunidade segundo suas próprias demandas e sugestões.

O grande monopólio constituído pelos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos e famílias no Brasil dificulta o compartilhamento de informações, uma vez que estes grupos estão balizados por um modelo hegemônico e tradicional, onde a transmissão é unilateral (MAIA; SOUZA, p.1). O espaço de visibilidade midiática também se transforma em um local de disputadas ideológicas, onde os interesses do cidadão entram em conflito com os interesses entre os atores políticos. “Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslançar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica”. (MAIA, 2006, p. 27)

Pensando nos conceitos apresentados neste texto, em relação às novas diretrizes do Jornalismo, principalmente no que se refere às novas tecnologias, percebe-se que “é possível pensar qual a relação entre as novas tecnologias e os setores excluídos”. (MAIA; SOUZA, p.1) No livro “Elementos do Jornalismo”, Kovach e Rosenstiel defendem que na era da internet, onde há um avanço no que diz respeito ao acesso, “o novo jornalista não decide mais o que o público deve saber. Ele ajuda o público a pôr ordem nas coisas”. Ou seja, exerce função de mediador perante aquilo que é problematizado pelos próprios internautas. Nesse sentido, busca-se, nos meios digitais, uma forma de ampliar o espaço de comunicação e alterar a forma como o jornalismo é feito nos grandes conglomerados atuais. “O jornalista se converte numa espécie de moderador de discussões. (...) O público se converte não em consumidores, mas em ‘promidores’, um híbrido de produtor e consumidor”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 41) Assim percebe-se que as entidades e minorias que ficam fora dos assuntos considerados relevantes, ganham com a internet um aliado no que diz respeito à democratização e participação.

Assim, o que se pode perceber é que, apesar de estarem envolvidos com um mesmo princípio de inclusão de setores menos favorecidos da sociedade, os conceitos de comunicação e jornalismo comunitários diferem em muitos aspectos, principalmente no que



se refere ao princípio emancipador e de envolvimento direto com o local. No caso dos desafios gerados pelas novas mídias, busca-se no Portal Comunitário ampliar o espaço dado às entidades, além de aprimorar as técnicas de informação voltas ao público comunitário.

CONCLUSÃO

Com base na experiência do Portal Comunitário, aqui caracterizada a partir dos parâmetros da atividade extensionista e da prática laboratorial, entende-se que o projeto possui uma trajetória que se fortalece no atendimento às demandas comunitárias, proporcionando ao mesmo tempo o contato com a produção jornalística multimídia e a formação cidadã aos alunos e a visibilidade de temas e questões de interesse público para os grupos e entidades parceiras.

Neste processo, torna-se pertinente refletir e problematizar os conceitos de jornalismo comunitário e comunicação comunitária que de certa forma embasam o projeto, já que se pressupõem diferentes níveis de participação dos grupos e comunidades envolvidos na atividade. Neste sentido, entende-se que o conceito de jornalismo comunitário apresenta-se mais adequado para identificar as práticas realizadas no âmbito do projeto, considerando o viés propriamente comunitário presente desde a definição das pautas até a angulação das reportagens e a inclusão do ponto de vista das entidades, mesmo que as comunidades em si não sejam protagonistas na elaboração do conteúdo.

Deve-se portanto, analisar em que medida as práticas que envolvem a atuação do projeto Portal Comunitário contribuem para o fortalecimento da sociedade civil, reconhecendo as limitações de uma ação efetiva para a emancipação dos grupos sociais. Neste sentido, o Portal configura sua contribuição ao se constituir como um espaço plural de expressão das demandas comunitárias e sociais, inserindo na agenda pública temas que costumam ficar obscurecidos em meio às lógicas do mercado jornalístico, e atuar dentro de um meio considerado democrático, e que permite maior atuação e interação do público leitor.

Os desafios para ampliar a participação comunitária se apresentam como uma necessidade do projeto no atendimento aos princípios da extensão e à defesa da democratização da comunicação. Neste campo, entende-se que a realização do projeto Portal Comunitário exige o constante repensar sobre seus princípios e sua relevância no contexto da comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

ALMEIDA, Luana Nascimento de. **Jornalismo Comunitário: Ruptura ou Aceitação**, 2010. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Luana-Nascimento-de-Almeida.pdf> Acessado em: 26 mar 2015

ARANHA, Taís. **Comunicação Popular, Comunitária, Horizontal ou Dialógica? Articulações e Diferenças entre os Conceitos Teóricos**, 2010. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Popular,%20Comunit%C3%A1ria,%20Horizontal%20ou%20Dial%C3%B3gica.pdf> Acessado em: 27 mar 2015

COELHO, Gustavo. **Os desafios de fazer jornalismo comunitário**, 2008. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Campus/Os-desafios-de-fazer-jornalismo-comunitario-2521.html#.VCBbfitdX5l> Acessado em: 27 mar 2015

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2013. 2ª Impressão.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom; **“Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir”**. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 2ª Edição.

KRAVUTSCHKE, Aline Czezacki; VIEIRA, Anna Vitória Cuimachowicz; WOITOWICZ, Karina Janz. **O conceito de ‘profissional multimídia’ para estudantes de Jornalismo, a partir da experiência do Portal Comunitário no ano de 2013**, 2014. Disponível em: <http://sites.uepg.br/conex/anais/artigos/185-1470-1-DR-mod.pdf> Acessado em: 27 mar 2015

MAIA, Marta Regina; SOUZA, Ivonesio Leite de. **Projeto Multidisciplinar em Jornalismo Comunitário**. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/4mostra/pdfs/138.pdf> Acessado em: 27 mar 2015

MARTINS, Rafael Barbosa Fialho. **O Jornal-laboratório como exercício da prática e teoria na formação superior em Jornalismo**, 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo8vol12-1.pdf> Acessado em: 26 mar 2015

MAIA, Rousiley; **“Mídia e Vida Pública: Modos de Abordagem”**, 2006. In: MAIA, Rousily; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. (Org). **“Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas”**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11 - 49

PAIVA, Raquel (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 133-148.

PERUZZO, Cecília Cícilia Maria Krohling. **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: Intercom, 2003.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. **Comunidades em tempo de redes**, 2002. In: PERUZZO, Cícilia K.; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. **Comunicação e Movimentos Populares: Quais redes?**. São Leopoldo: Ed. Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002, p. 276-277.



Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **A prática de extensão universitária em organizações de natureza jornalístico-comunicacional**, 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/soster-demetro-2013-pratica-extensao-universitaria.pdf> Acessado em: 27 mar 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Aprova regulamento das atividades de programas e projetos de extensão universitária, da UEPG**. Resolução CEPE nº 235, de 08 de dezembro de 2009. Disponível em: http://uepg.br/proex/Documents/Legisla%C3%A7%C3%A3o/reso_235.pdf